

**Análise semanal do quadro oficial de informação sobre o Covid-19**  
**Semana 32**

**(02 a 08 de Agosto - Semana 32)**

### **Sumário**

Os resumos semanais fornecem uma análise do que o Governo achou relevante informar sobre o Covid-19 durante a semana, e também a forma como essa informação pesa sobre determinantes importantes da acção política na pandemia: entre promoção e desenvolvimento de novas formas de ser e estar com vista a evitar futuras pandemias, até à mera repressão de comportamentos desviantes à actual pandemia. A análise é enriquecida com a discussão de um ou mais artigos de opinião publicados nos semanários Savana ou Domingo. Os artigos analisados esta semana têm como tema **“Covid-19 em Moçambique: para uma visão holística de saúde em época de pandemia”** da autoria de António Prista, **“Será Cabo Delgado o local onde as defesas do país contra a Covid-19 vão desmoronar?”** da autoria de Arild Drivdal, ambos do Jornal Savana de 07 de Agosto e **“Novo Estado de Emergência”** da autoria de António Mondlane, extraído do Jornal Domingo, 09 de Agosto.

### **Sugestões e recomendações da semana:**

- Esclarecimento de critérios para o acesso à linha de apoio, para responder aos impactos da Covid-19 nas Pequenas e Médias Empresas;
- Criação de brigadas responsáveis pelo processo de medição da temperatura corporal nos bairros ou nas paragens, como forma de alargar a escala de despiste e rastreio da doença;
- Reforçar as acções de sensibilização nas zonas recônditas, onde pouco se tem acesso à informação credível;

### **Introdução**

Na semana 32 (02 a 08 de Agosto), as notícias mais reportadas estão ligadas aos artigos 1 (**Medidas de Execução Administrativas**), 3 (**medidas de prevenção e combate**), 15 (**aulas presenciais**) 34 (**Órgãos de comunicação social**) e 42 (**Acções de Sensibilização**). Foram identificadas 98 notícias mais reportadas, ligadas aos 5 artigos supracitados, 44 menções relacionadas a 5 artigos (artigos 4, 6, 17, 40 e 43) e 26 notícias ligadas a 9 artigos menos reportados. Nesta semana, as notícias foram dominadas pelas preocupações ligadas ao estado de emergência. Uma corrente de opinião defendia a declaração de estado de calamidade pública e outros estavam a favor da declaração de um novo estado de emergência. Após o anúncio de relaxamento das medidas de prevenção da doença em alguns sectores. Continua ainda a haver muito silêncio governamental quanto aos processos de digitalização e o papel das operadoras nacionais de telecomunicações nesses processos – preços, conectividade, e qualidade dos serviços e seu impacto no “novo normal”.

No âmbito do relaxamento das medidas, o retorno faseado às aulas presenciais trouxe mais debates sociais. Nota-se que o Ministério que superintende a área do ensino está a acelerar o processo de requalificação dos estabelecimentos de ensino com vista a evitar a propagação do vírus. Contudo, para alguns pais e encarregados de educação entrevistados por vários órgãos de comunicação social, as aulas presenciais em tempos de Covid-19 irão propiciar a disseminação da doença no seio das famílias, por isso não estão a favor deste retorno. Pedem assim às instituições de tutela para que continuem a fornecer as fichas de exercícios e apontamento aos alunos para que continuem com as aulas em casa. Enquanto, outros, acham que a medida é bem-vinda, desde que, sejam criadas as condições de higiene e saneamento do meio nas escolas para permitir um retorno seguro dos alunos às aulas presenciais.

**As escolhas da semana: “Será Cabo Delgado o local onde as defesas do país contra a Covid-19 vão desmoronar?”, “Covid-19 em Moçambique: para uma visão holística de saúde em época de pandemia” e “Novo Estado de Emergência”**

Numa altura em que o país regista um aumento substancial de casos da pandemia da Covid-19, Arild Drivdal, com o tema: **“Será Cabo Delgado o local onde as defesas do país contra a Covid-19 vão desmoronar?”** traz à tona as fraquezas do sistema nacional de saúde na tentativa de responder à pandemia em certos pontos do país, em especial a província de Cabo Delgado. A província não só tem, neste momento, o maior número de casos positivos da Covid-19, como também conta recentemente com uma população de deslocados internos estimada em mais de

200.000 pessoas, e cujo confinamento, como é de se esperar, não é fácil numa situação de guerra. Para Arild Drivdal, a deslocação interna cria um cenário de alto risco para uma pandemia em explosão e exige um enfoque implacável na prevenção.

*Como prevenir numa situação de conflito interno intenso é uma questão que, tal como o CEDE abordou numa análise sobre a Covid -19 e Conflito em Moçambique, pode estar muito aquém das capacidades de um estado já altamente fragilizado como o moçambicano devido aos conflitos constantes e aos desastres naturais. No cenário desenhado pelo CEDE, o mais provável resultado de medidas fortes de prevenção seria a desordem social.*

No tema **“Covid-19 em Moçambique: para uma visão holística de saúde em época de pandemia”**, António Prista, traz o real conceito de saúde: é o bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença. Segundo ele, qualquer estratégia de acção em saúde pública não se pode, em tempo de pandemia ou não, restringir a qualquer uma componente isoladamente sob pena de se estar a cometer um erro de elevado impacto.

*Como o CEDE vem notando nas notícias que recolhe sobre a pandemia, o Governo na sua abordagem à comunicação sobre a pandemia da Covid-19 parece estar a pensar que a saúde pública é uma questão do ministério que tutela a área da saúde. E nesse âmbito, não comunica de forma abrangente e coordenada os diferentes aspectos do combate à pandemia nos briefings diários sobre a Covid-19. É relevante o envolvimento de outros ministérios na grelha de comunicação sobre a pandemia.*

No “Novo Estado de Emergência”, António Mondlane argumenta que apesar de legalmente se terem esgotado as possibilidades de prorrogação do Estado de Emergência, os interesses sociais e a necessidade de protecção da vida se sobrepõem a esse impedimento legal/constitucional. Ele repudia a linha defendida por um grupo de pensadores que argumenta que em virtude de se ter atingido o limite de prorrogações do estado de emergência, não há mais espaço para a declaração do novo Estado de Emergência.

*Para o CEDE, o argumento de Mondlane é interessante porque traz ao debate nacional, e em defesa do governo, a ideia de que a protecção da vida não deve ser feita refém de legalismos – algo que de certa forma contraria o anterior discurso do governo em outras matéria de vida e morte no país – por exemplo, na questão das negociações com a Renamo. E neste contexto em que se abre a porta para excepções constitucionais, é percepção do CEDE que devia ser ainda mais fácil e menos problemático para o governo reformular a política de protecção social de*

*forma a responder ao imperativo social de salvar as vidas dos afectados pelas medidas de combate à pandemia.*

### **Forças**

- Pais e encarregados de educação têm reforçado as medidas de prevenção para evitar o contágio pela Covid-19 e a formação de novas cadeias de transmissão;
- Nota-se um esforço contínuo das autoridades no alargamento da escala de despiste e testagem;
- Verifica-se ainda um esforço por parte do Ministério que superintende a área da educação, na requalificação dos estabelecimentos de ensino;
- Inauguração de um centro de epidemias, com vista o reforço da capacidade de resposta das autoridades de saúde, permitindo assim a recepção, isolamento e tratamento de pacientes diagnosticados positivos à Covid-19;
- É visível o engajamento dos partidos políticos na difusão de mensagens de prevenção da doença;
- As instituições religiosas estão empenhadas na criação de condições para a observância das medidas de prevenção recomendadas;
- As autoridades de saúde estão dedicadas na sensibilização de todos extratos da sociedade para a não estigmatização e discriminação das pessoas que testaram positivos à Covid-19;

### **Fraquezas**

- O governo encerrou o primeiro período de emergência sem consenso total dos outros partidos e da sociedade civil devido à acusações de falta de transparência na governação financeira;
- Algumas pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades para o acesso a linha de apoio, para responderem aos impactos da Covid-19;
- Ainda se regista um certo nível de incumprimento das medidas de prevenção e combate a pandemia por parte de alguns cidadãos;
- Ainda são reportados casos de violação do artigo 17 do decreto presidencial do estado de emergência, que preconiza o encerramento de bares e barracas destinados à venda de bebidas alcoólicas;

- O não cumprimento das medidas de prevenção por parte de alguns cidadãos, com a passagem dos 120 dias de estado de emergência, desvaloriza os esforços do Governo no combate à pandemia;
- Observa-se ainda o relaxamento das medidas básicas de prevenção por parte de alguns municípios, com enfoque para a lavagem das mãos, uso correcto de máscaras e distanciamento social;

### **Ameaças**

- O facto do governo continuar a insistir numa hipotética reabertura das aulas faz com que este não tome as medidas necessárias para atenuar os impactos sociais negativos da perda do ano lectivo por parte de muitas crianças e jovens vulneráveis (por exemplo casamentos prematuros ou abandono total das aulas);
- A reabertura das escolas sem a reorganização dos transportes públicos pode vir a piorar a situação associada à pandemia da Covid-19;

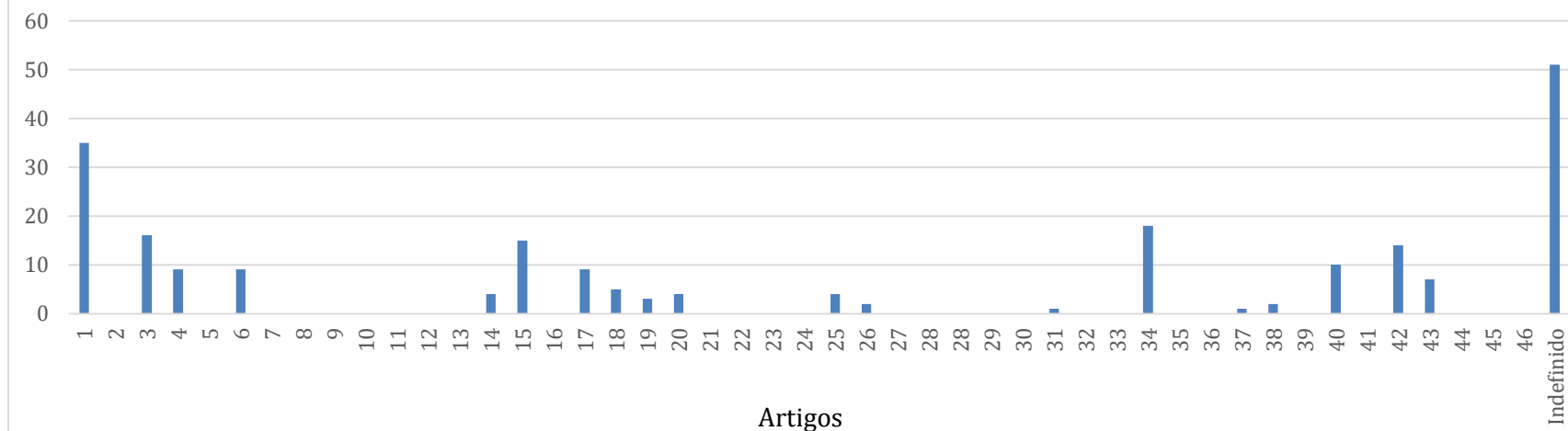
### **Sobre os resumos:**

O CEDE tem recolhido desde 28 de Abril notícias sobre o Covid-19 nos órgãos de informação nacionais de forma a subsidiar a comunidade política, académica e cívica nas análises sobre como o Covid-19 é construído no espaço de deliberação democrática nacional. No caso de Moçambique, os media são neste contexto do Covid-19 e o concomitante Estado de Emergência, elementos importantes da estratégia governamental de combate ao vírus. Neste sentido, podemos com segurança assumir que os pronunciamentos públicos sobre o vírus feitos através dos órgãos de informação se constituem em indicadores do pensamento do governo, e que a forma como essa comunicação evoluiu indica o grau em que o Governo capta as reações e preocupações sociais em relação à sua abordagem sobre a pandemia do Covid-19.

**Tabela: Notícias reportadas e o disposto no Decreto 51/2020:**

<b>Mais Reportados</b>	<b>Minimamente Reportados</b>	<b>Menos Reportados</b>
Art.1 (35 Notícias)	Art.4 (9 Notícias)	Art.14 (4 Notícias)
Art.3 (16 Notícias)	Art.6 (9 Notícias)	Art.18 (5 Notícias)
Art.15 (15 Notícias)	Art.17 (9 Notícias)	Art.19 (3 Notícias)
Art. 34 (18 Notícias)	Art.40 (10 Notícias)	Art.20 (4 Notícias)
Art. 42 (14 Notícias)	Art.43 (7 Notícias)	Art.25 (4 Notícias)
		Art.26 (2 Notícias)
		Art.31 (1 Notícias)
		Art.37 (1 Notícias)
		Art.38 (2 Notícias)
<b>98 Notícias em 5 artigos</b>	<b>44 Notícias em 5 artigos</b>	<b>26 Notícias em 9 Artigos</b>

## Gráfico da Distribuição das Notícias por Artigo do Decreto 51/2020 (Mês de Agosto, Semana 32) CEDE



Maputo, 10 de Agosto de 2020

Equipa editorial:

Milissão Nuvunga, Isabel Matias, Sheid Eura,  
Homaida Obra, Daniela Joane, Elton Laissone

Parceiro:

